

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
<b>GLOSSÁRIO</b>		
Abono Anual - benefício adicional pago em dezembro de cada ano aos Assistidos em gozo de Aposentadoria Normal ou Benefício de Invalidez ou Beneficiários em gozo de Benefício de Pensão e Benefício por Morte.	Abono Anual - benefício adicional pago em dezembro de cada ano aos Assistidos em gozo <b>de benefício de prestação continuada que fizerem essa opção.</b>	Altera o pagamento do abono anual para opcional.
Aportes - contribuições eventuais, periódicas ou não, realizadas pelos Assistidos.		
Aposentadoria Normal - benefício programado de prestação continuada assegurado pelo Plano.		
Assistido - Participante ou Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada previsto no Plano.		
Autopatrocínio - instituto legal que faculta ao Participante a manutenção do valor de sua contribuição e a de terceiros, se houver, em caso de cessação do vínculo associativo com o Instituidor, de modo a permitir a percepção futura de benefícios nos níveis anteriormente praticados, observado o regulamento do Plano de Benefícios.		
Beneficiário - pessoa designada pelo Participante, inscrita no Plano, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de benefícios.		
	<b>Benefício por Invalidez - benefício pago ao Assistido, em decorrência de invalidez.</b>	Inclui o benefício de invalidez.
Benefício de Invalidez - benefício opcional, cuja cobertura é definida pelo Participante, com critérios e condições estabelecidas em contrato firmado entre a Seguradora e a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e certificado fornecido ao Participante quando da contratação.	<b>Benefício por Invalidez Segurado</b> - benefício opcional, cuja cobertura é definida pelo Participante, com critérios e condições estabelecidas em contrato firmado entre a Seguradora e a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e certificado fornecido ao Participante quando da contratação.	Altera nome do benefício de invalidez com cobertura da seguradora.
	<b>Benefício por Morte - benefício pago aos Beneficiários, decorrente do falecimento do Participante ou Assistido.</b>	Altera para ajustar ordem alfabética.
Benefício de Pensão - benefício opcional, cuja cobertura é definida pelo Participante, com critérios e condições estabelecidas em contrato firmado entre a Seguradora e a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e certificado fornecido ao Participante quando da contratação.	<b>Benefício por Morte Segurado</b> - benefício opcional, cuja cobertura é definida pelo Participante, com critérios e condições estabelecidas em contrato firmado entre a Seguradora e a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e certificado fornecido ao Participante quando da contratação.	Altera nome do benefício de morte com cobertura da seguradora.
Benefício por Morte - benefício de prestação continuada pago	<b>(Item excluído)</b>	Altera para ajustar ordem alfabética.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
aos Beneficiários, decorrente do falecimento do Participante ou Assistido.		
Benefício Proporcional Diferido (BPD) - instituto legal que faculta ao Participante, em razão da cessação do seu vínculo associativo com o Instituidor antes da aquisição do direito ao benefício pleno previsto no Plano, a interrupção de suas contribuições para o custeio dos benefícios do Plano, e optar por receber, em tempo futuro, um benefício de aposentadoria, quando do preenchimento dos requisitos exigidos.		
Conselho Deliberativo - instância máxima da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, responsável pela definição das políticas e estratégias, dentre as quais a política geral de administração da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e de seus planos de benefícios, conforme disposto em seu Estatuto.		
Conta de Benefício de Invalidez (CBI) - constituída em cotas na data do repasse, da seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura do Benefício de Invalidez contratada pelo Participante.	<b>Conta de Seguro Invalidez (CSI)</b> - constituída em cotas na data do repasse, da seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura do Benefício de Invalidez contratada pelo Participante.	Altera nome da Conta.
Conta de Benefício de Pensão (CBP) - constituída em cotas na data do repasse, da seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura do Benefício de Pensão contratada pelo Participante falecido.	<b>Conta de Seguro por Morte (CSM)</b> - constituída em cotas na data do repasse, da seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura do Benefício de Pensão contratada pelo Participante falecido.	Altera nome da Conta.
	<b>Conta de Benefício por Invalidez (CBI) - constituída em Cotas na data da opção do Participante pelo pagamento do Benefício por Invalidez.</b>	Inclui conta específica para benefício por invalidez.
Conta de Benefício por Morte (CBM) - constituída em Cotas na data da opção dos Beneficiários pelo pagamento do Benefício por Morte sob forma de renda mensal.	Conta de Benefício por Morte (CBM) - constituída em Cotas na data da opção dos Beneficiários pelo pagamento do Benefício por Morte.	Exclui “sob forma de renda mensal”, pois o participante poderá optar pelo pagamento único do Benefício por Morte.
Conta de Recursos Portados (CRP) - constituída em Cotas, discriminada individualmente por Participante e formada pelos recursos portados de outro plano de benefícios previdenciários ou de seguradora, segregados em subcontas por entidade aberta/seguradora ou entidade fechada de		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
previdência Complementar, conforme a origem.		
Conta de Terceiros (CT) - constituída em Cotas pelas contribuições aportadas ao Plano por terceiros.		
Conta Individual do Participante (CIP) - constituída em Cotas, onde serão creditadas as Contribuições Programáveis do Participante.		
Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB) - constituída em Cotas na data do requerimento da Aposentadoria Normal, pelo valor correspondente ao saldo da Conta Individual do Participante (CIP), saldo da Conta de Terceiros (CT) e ao saldo da Conta de Recursos Portados (CRP), com a finalidade de custear o benefício de Aposentadoria Normal do Plano.		
Contribuição de Risco - contribuição realizada exclusivamente pelo participante que tenha optado pelas coberturas de risco de invalidez ou pensão, não sendo nominal nem resgatável.		
Contribuição de Terceiros - contribuição facultativa realizada por empregadores em relação a seus empregados, Instituidores em relação a seus membros associados, ou terceiros, mediante celebração de instrumento contratual específico para este propósito.		
Contribuição Programável - contribuição realizada pelo Participante, especificamente para constituição de provisões matemáticas destinadas a dar cobertura aos benefícios do Plano.		
Contribuição Voluntária - contribuição facultativa, de valor livremente escolhido pelo Participante, realizada a qualquer momento, mediante comunicação à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
Convênio de Adesão - instrumento contratual que tem por objetivo estabelecer os direitos e obrigações entre o Instituidor e a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
Cota - significa uma fração representativa do Fundo Garantidor de Benefícios do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Associativo e a sua variação corresponde a uma representação da rentabilidade líquida auferida no período.		
Direito Acumulado - total das contribuições vertidas pelo Participante, ou em nome deste, atualizada pela variação do valor da Cota, devidamente deduzido das parcelas destinadas ao custeio administrativo.		
Extrato de Opções - documento informativo enviado ao Participante que tenha rompido o vínculo associativo com o Instituidor e que ainda não tenha implementado as condições para o recebimento de Aposentadoria Normal, contendo detalhamento das opções de permanência ou desligamento do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo.		
	<b>Fator Atuarial - FA: fator que representa, para cada Participante, na Data de Início de Benefício, o valor presente de uma renda unitária atuarialmente calculada levando em conta a idade do Participante e a sua opção quanto ao recebimento do abono anual, tendo como base as premissas atuariais aprovadas para o Plano FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo.</b>	Inclui cálculo utilizando fator atuarial no caso de opção de recebimento do benefício por prazo indeterminado.
FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA - entidade fechada de previdência complementar, administradora e executora do Plano.		
Fundo Administrativo - fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA na administração do Plano.		
Fundo Garantidor de Benefícios (FUNDO) - constituído de ativos patrimoniais do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, que serão investidos no mercado financeiro de acordo com a legislação vigente, o Estatuto da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, e segundo as diretrizes fixadas pelos Órgãos de Administração desta.		
Instituidor - pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial que aderir ao FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, mediante celebração de Convênio de Adesão.	Instituidor - pessoa jurídica regularmente constituída <b>por qualquer tipo de associação ou empresa</b> que aderir ao FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, mediante celebração de Convênio de Adesão.	Altera definição de Instituidor, tendo em vista a publicação da Resolução CNPC nº 13, de 16/08/2022.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Participante - pessoa física que na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor adere ao FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, nos termos e condições previstas neste Regulamento, sendo classificado como Participante Ativo, Participante Autopatrocinado ou Participante Vinculado.		
Participante Ativo - aquele que, na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor, venha a aderir ao Plano e a ele permaneça vinculado.		
Participante Autopatrocinado - aquele que, estando na condição de Participante Ativo, optar pelo instituto do Autopatrocínio.		
Participante Vinculado - aquele que, estando na condição de Participante Ativo ou Participante Autopatrocinado, optar pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido.		
Pecúlio por Invalidez - benefício de parcela única a ser pago na ocorrência do evento gerador da invalidez.	<b>(Item excluído).</b>	Exclui devido a substituição do Pecúlio por Invalidez pelo Benefício por Invalidez.
Plano - conjunto de direitos e obrigações reunidos em um Regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais aos seus Participantes e Beneficiários, mediante a formação de poupança decorrente de contribuições dos Participantes e eventualmente de terceiros, e pela rentabilidade dos investimentos.		
Plano de Origem - plano de benefícios do qual tenha havido retirada de patrocínio ou que tenha sido submetido à liquidação extrajudicial, com recursos transferidos para o FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, por opção do Participante ou Assistido.		
Portabilidade - instituto legal que faculta ao Participante, antes de entrar em gozo de benefício, optar por transferir os recursos financeiros correspondentes ao seu Direito Acumulado neste Plano para outro plano de benefícios de		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou seguradora autorizada a operar o referido plano.		
Regulamento - documento que define os direitos e obrigações dos membros do Plano, com as alterações que lhe forem introduzidas.		
Resgate - instituto legal que faculta ao Participante o recebimento de valor decorrente do seu desligamento do Plano, nas condições previstas neste Regulamento.		
Taxa de Administração - percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano, destinado a dar cobertura às despesas administrativas do Plano.		
Taxa de Carregamento - percentual incidente sobre o valor das contribuições e, se for o caso, sobre o valor dos benefícios de prestação continuada do Plano, destinado a dar cobertura às despesas administrativas do Plano.		
Termo de Opção - documento por meio do qual o Participante exerce opção pelos institutos do Autopatrocínio, do Benefício Proporcional Diferido, da Portabilidade ou do Resgate, nas condições previstas neste Regulamento.		
Unidade Referencial (UR) - parâmetro monetário mínimo para pagamento de benefícios de forma continuada.	Unidade Referencial (UR) - parâmetro monetário <b>referencial do Plano.</b>	Altera condição de parâmetro mínimo para pagamento mensal do benefício.
<b>CAPÍTULO I</b>		
<b>DA FINALIDADE</b>		
Art. 1º Este Regulamento tem por finalidade estabelecer as disposições referentes ao plano de benefícios denominado FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, ou simplesmente Plano, estabelecendo os direitos e obrigações específicas para os Instituidores, Participantes, Assistidos e Beneficiários.		
Art. 2º O FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo será administrado pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, e será oferecido aos associados e membros dos Instituidores, sob a forma de plano de contribuição definida.		
<b>CAPÍTULO II</b>		
<b>DOS MEMBROS</b>		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Art. 3º São membros do Plano:		
I - os Instituidores;		
II - os Participantes;		
III - os Assistidos; e		
IV - os Beneficiários.		
Art. 4º Considera-se Instituidor a pessoa jurídica regularmente constituída de caráter profissional, classista ou setorial, que aderir a este Plano, mediante celebração de Convênio de Adesão.	Art. 4º Considera-se Instituidor a pessoa jurídica regularmente constituída <b>por qualquer tipo de associação ou empresa</b> que aderir a este Plano e a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, mediante celebração de Convênio de Adesão.	Altera definição de Instituidor, tendo em vista a publicação da Resolução CNPC nº 13, de 16/08/2022.
Art. 5º Considera-se Participante a pessoa física enquadrada em uma das seguintes categorias:		
I - Participante Ativo: aquele que, na qualidade de associado do Instituidor, membro ou pessoa física vinculada direta ou indiretamente ao Instituidor, venha aderir ao Plano e a ele permaneça vinculado;		
II - Participante Autopatrocinado: aquele que, estando na condição de Participante Ativo, opte pelo instituto do Autopatrocínio; e		
III - Participante Vinculado: aquele que, estando na condição de Participante Ativo ou Participante Autopatrocinado, opte pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD).		
Art. 6º Considera-se Assistido o Participante ou seu Beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada assegurado pelo Plano.		
Art. 7º Considera-se Beneficiário do Participante a pessoa física por ele designada, inscrita no Plano, nos termos do Regulamento, para fins de recebimento de benefícios.		
<b>CAPÍTULO III</b>		
<b>DA INSCRIÇÃO, DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CANCELAMENTO DA PARTICIPAÇÃO</b>		
Art. 8º A inscrição no FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo é facultativa e far-se-á mediante a assinatura de formulário fornecido pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
§ 1º O Participante deverá preencher a Proposta de Inscrição a ser fornecida pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e apresentar os documentos exigidos, recebendo desta o certificado, um exemplar do Estatuto da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e do Regulamento do Plano, além de material explicativo que descreva em linguagem simples as características do Plano.		
§ 2º O certificado deverá conter:		
I - os requisitos que regulam a admissão e a manutenção da qualidade de Participante;		
II - os requisitos de elegibilidade; e		
III - as formas de cálculo dos benefícios.		
Art. 9º O Participante poderá designar seus Beneficiários no ato da sua inscrição, mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
§ 1º O Participante poderá designar e atualizar a qualquer momento o rol de seus Beneficiários, mediante o preenchimento de formulário próprio fornecido pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
§ 2º Qualquer repercussão judicial decorrente da designação ou alteração dos Beneficiários, conforme previsto neste artigo, será de exclusiva responsabilidade do Participante.		
Art. 10. A inscrição do Participante ou Beneficiário no Plano é pressuposto indispensável à obtenção de qualquer benefício ou direito a Instituto por ele assegurado.		
Art. 11. O Participante e o Assistido deverão comunicar à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, juntando os documentos exigidos, qualquer modificação posterior às informações prestadas na sua inscrição.		
Art. 12. Dar-se-á o cancelamento da inscrição do Participante que:		
I - falecer;		
II - requerer;		
III - optar pelos Institutos do Resgate ou da Portabilidade		



## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
previstos, respectivamente, nos artigos 46 e 51 deste Regulamento;		
IV - deixar de pagar mais de 48 (quarenta e oito) Contribuições Programáveis consecutivas.		
Parágrafo único. O cancelamento da inscrição, provocado pelo disposto no inciso IV deste artigo, deverá ser precedido de notificação escrita ao Participante, a qual estabelecerá o prazo de até 30 (trinta) dias para o Participante regularizar sua situação junto ao Plano. Após esta notificação, não havendo manifestação, será ratificado o cancelamento da inscrição.		
Art. 13. Ressalvado o caso de falecimento do Participante, o cancelamento da inscrição do Participante importará na imediata perda dos direitos inerentes a essa qualidade e no cancelamento automático da inscrição dos seus Beneficiários, dispensado, em todos os casos, qualquer aviso ou notificação.		
Art. 14. O Participante que teve sua inscrição no Plano cancelada, sem ter optado pelo Resgate ou pela Portabilidade, e venha a solicitar novo ingresso no Plano, terá que atender as condições temporais de vinculação previstas neste Regulamento como se nunca tivesse sido Participante deste Plano.		
Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, existindo saldo na Conta de Participante (CIP) e/ou na Conta de Recursos Portados (CRP) e/ou na Conta de Terceiros (CT), decorrente de participação anterior neste Plano, os mesmos serão transferidos para as respectivas contas referentes ao novo ingresso no Plano.	Parágrafo único. Na hipótese prevista no caput deste artigo, existindo saldo na Conta de Participante (CIP) e/ou na Conta de Recursos Portados (CRP) e/ou na Conta de Terceiros (CT), decorrente de participação anterior neste Plano, <b>o participante poderá realizar a opção para que</b> os mesmos sejam transferidos para as respectivas contas referentes ao novo ingresso no Plano.	Altera para opcional a junção das contas nos casos de reingresso no Plano.
<b>CAPÍTULO IV</b>		
<b>DOS BENEFÍCIOS</b>		
Art. 15. Os benefícios previdenciários concedidos por este Regulamento são:		
I - Aposentadoria Normal;		
II - Pecúlio por Invalidez;	<b>II - Benefício por Invalidez;</b>	Altera nome do benefício.
III - Benefício por Morte; e	III - Benefício por Morte;	Exclui “e” para ajuste de redação por

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
		conta da inclusão de novos incisos posteriores.
IV - Abono Anual.	VI - Abono Anual;	Altera pontuação por conta da inclusão de novos incisos posteriores.
	<b>IV - Benefício por Morte Segurado; e</b>	Inclui no rol de benefícios o Benefício por Morte Segurado.
	<b>V - Benefício por Invalidez Segurado.</b>	Inclui no rol de benefícios o Benefício por Invalidez Segurado.
Parágrafo único. Para os Participantes que optarem pela cobertura adicional de risco na forma de renda mensal, incluíse o Benefício de Pensão e Benefício de Invalidez.	<b>(Dispositivo excluído).</b>	Exclui tendo em vista a inclusão das rendas por cobertura adicional de risco no rol de benefícios.
	<b>Parágrafo único. A FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA poderá contratar seguro específico com sociedade seguradora autorizada a funcionar no Brasil, a fim de dar cobertura ao risco decorrente de sobrevivência ou outros riscos atuariais e financeiros, nos termos da legislação vigente.</b>	Inclui a possibilidade de contratação da cobertura de riscos atuariais e financeiros com seguradora.
Art. 16. Os benefícios do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo serão devidos a partir da data do requerimento, desde que implementadas as condições regulamentares para obtenção dos mesmos.		
§ 1º Os benefícios serão pagos até o último dia útil do mês de competência, exceto no mês do requerimento, onde os benefícios deverão ser pagos até o último dia útil do mês subsequente.		
§ 2º Anualmente, com base no mês de dezembro, o valor da renda mensal de todos os benefícios serão recalculados com base no saldo de conta remanescente, sendo o novo valor, pago a partir do mês de janeiro do ano subsequente.	§ 2º Anualmente, com base no mês de dezembro, o valor da renda mensal de todos os benefícios <b>será recalculado</b> , sendo o novo valor, pago a partir do mês de janeiro do ano subsequente.	Exclui texto “com base no saldo de conta remanescente”, pois com a inclusão de novas formas de recebimento dos benefícios, nem todos serão recalculados com base no saldo de conta remanescente. Ajuste de texto para concordância verbal.
§ 3º O Assistido ou Beneficiário poderá, no mês de dezembro de cada ano, revisar sua opção quanto ao prazo de	§ 3º O Assistido ou Beneficiário poderá, <b>a qualquer momento</b> , revisar a sua opção quanto <b>ao tipo e condições</b>	Altera para possibilitar a alteração do benefício a qualquer tempo.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
recebimento do seu benefício, que passará a vigorar a partir do mês de janeiro subsequente, desde que o novo valor do benefício seja superior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR).	de recebimento do seu benefício, que passará a vigorar <b>até o final do mês subsequente.</b>	
§ 4º Os benefícios cobertos pelo Plano serão concedidos durante e na medida em que houver a necessária cobertura pelo saldo das contas que suportam os mesmos.		
Art. 17. A Unidade Referencial (UR) corresponde ao parâmetro monetário mínimo do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, com valor correspondente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais).	Art. 17. A Unidade Referencial (UR) corresponde ao parâmetro monetário <b>referencial</b> do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, com valor correspondente a <b>R\$ 200,00 (duzentos reais).</b>	Altera o valor da UR e a condição de parâmetro mínimo para referencial.
Parágrafo único. Se a qualquer momento o benefício resultar em valor inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR), o saldo remanescente será pago em parcela única.	Parágrafo único. Se a qualquer momento o benefício resultar em valor inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR), <b>poderá o participante solicitar o recebimento do</b> saldo remanescente em parcela única.	Altera para tornar facultativo o pagamento em parcela única do saldo de conta, no caso de benefício menor que 1 UR.
	<b>Art. 18. No caso de Participante que efetue aporte decorrente de transferência de recursos, oriundos de retirada de patrocínio ou liquidação extrajudicial, quando da inscrição no FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, serão observadas as seguintes condições:</b>	Inclui para excluir as carências de todos os tipos de benefício no caso de participantes oriundos de retirada de Patrocínio ou liquidação extrajudicial. (Antigo artigo 19)
	<b>I - caso o Participante comprove que vinha recebendo benefício no Plano de Origem, poderá requerer benefício similar, imediatamente após a inscrição, sendo dispensado do atendimento das condições de elegibilidade definidas nos artigos deste Regulamento.</b>	Inclui para excluir as carências de todos os tipos de benefício no caso de participantes oriundos de retirada de Patrocínio ou liquidação extrajudicial. (Antigo artigo 19)
	<b>II - no caso do Participante que se enquadre nas previsões do caput, sem estar assistido pelo Plano de Origem, será considerada para concessão de benefício, a quantidade de contribuições do Participante ao Plano de Origem, para fins de cumprimento da carência prevista nos artigos deste Regulamento, sendo observadas todas as demais condições estabelecidas neste Regulamento.</b>	Inclui para excluir as carências de todos os tipos de benefício no caso de participantes oriundos de retirada de Patrocínio ou liquidação extrajudicial. (Antigo artigo 19)
Seção I		
Da Aposentadoria Normal		
Art. 18. A Aposentadoria Normal será concedida ao Participante que a requerer desde que tenha pelo menos 12	<b>Art. 19.</b> A Aposentadoria Normal será concedida ao Participante que a requerer desde que tenha pelo menos 12	Altera numeração devido a inclusão do artigo anterior.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
(doze) meses de vinculação ao Plano, e que possua pelo menos 50 (cinquenta) anos de idade, e será paga a partir da data do requerimento.	(doze) meses de vinculação ao Plano, e que possua pelo menos 50 (cinquenta) anos de idade, e será paga a partir da data do requerimento.	
Art. 19. No caso de Participante que efetue aporte decorrente de transferência de recursos, oriundos de retirada de patrocínio ou liquidação extrajudicial, quando da inscrição no FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, serão observadas as seguintes condições:	<b>(Dispositivo excluído).</b>	Exclui devido a inclusão desse artigo no capítulo IV.
I - caso o Participante comprove que vinha recebendo benefício de aposentadoria programada no Plano de Origem, poderá requerer a Aposentadoria Normal, imediatamente após a inscrição, sendo dispensado do atendimento das condições de elegibilidade definidas no artigo 18 deste Regulamento.	<b>(Dispositivo excluído).</b>	Exclui devido a inclusão desse artigo no capítulo IV.
II - no caso do Participante que se enquadre nas previsões do caput, sem estar assistido pelo Plano de Origem, será considerada para concessão de benefício, a quantidade de contribuições do Participante ao Plano de Origem, para fins de cumprimento da carência prevista no artigo 18 deste Regulamento, sendo observadas todas as demais condições estabelecidas neste Regulamento.	<b>(Dispositivo excluído).</b>	Exclui devido a inclusão desse artigo no capítulo IV.
Art. 20. O valor da Aposentadoria Normal consistirá numa renda mensal, definida na razão de 1/n (um n avos) do saldo da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), deduzido o valor do adiantamento, onde “n” é a quantidade total de pagamentos escolhida para o recebimento da renda mensal, observado o mínimo de 5 (cinco) anos, e considerando-se a realização de 13 (treze) pagamentos anuais.	Art. 20. O Benefício de Aposentadoria será calculado com base no saldo da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), <b>conforme definição formal do Participante na data do requerimento do benefício, dentre as opções adiante descritas:</b>	Altera para inclusão de diferentes opções de recebimento do benefício.
	<b>I - Renda por Prazo Certo: consistirá numa renda mensal, definida na razão de 1/n (um “n” avos) do saldo da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), deduzido o valor do adiantamento, onde “n” é a quantidade total de pagamentos escolhida para o recebimento da renda mensal, observado o mínimo de 5</b>	Altera para inclusão de diferentes opções de recebimento do benefício.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
	<b>(cinco) anos.</b>	
	<b>II - Renda por Prazo Indeterminado: consistirá numa renda mensal calculada por equivalência atuarial considerando o saldo da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), deduzido o valor do adiantamento, dividido pelo Fator Atuarial – FA.</b>	Altera para inclusão de diferentes opções de recebimento do benefício.
	<b>III - Renda por Valor Determinado: consistirá numa renda mensal, com valor a ser definido pelo Participante.</b>	Altera para inclusão de diferentes opções de recebimento do benefício.
	<b>IV - Renda por Percentual do Saldo de Conta: consistirá numa renda mensal calculada pela aplicação de um percentual entre 0,1% (um décimo por cento) e 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento), a critério do Participante, sobre o saldo da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), deduzido o valor do adiantamento, com variação em intervalos de 0,1% (um décimo por cento).</b>	Altera para inclusão de diferentes opções de recebimento do benefício.
§ 1º O Participante definirá o prazo de recebimento da Aposentadoria Normal, no mínimo de 5 (cinco) anos, desde que o valor resultante seja superior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.	<b>§ 1º O valor resultante do benefício inicial não poderá ser inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.</b>	Altera para definir obrigatoriedade de valor do benefício mensal maior que a UR, somente para o benefício inicial.
§ 2º A Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB) será constituída em Cotas, na data do requerimento, pelo valor correspondente ao saldo da Conta Individual do Participante (CIP), saldo da Conta de Terceiros (CT) e ao saldo da Conta de Recursos Portados (CRP).		
§ 3º A título de adiantamento da Aposentadoria Normal, será facultado ao Participante perceber até 25% (vinte e cinco por cento) do montante da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), na forma de um pagamento único, e o restante através de uma renda mensal continuada, observado o disposto no caput deste artigo.		
	<b>§ 4º O valor da Renda por Valor Determinado poderá, conforme opção do participante, ser reajustado, em janeiro de cada ano, pela variação acumulada do INPC</b>	Inclui para possibilitar opção de reajuste da renda por valor determinado.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
	<b>do IBGE, ocorrida de janeiro a dezembro do ano anterior ou, em caso de extinção deste, outro que venha a substituí-lo.</b>	
Art. 21. Na data do pagamento do último benefício será pago ao Assistido a totalidade registrada na Conta Individual de Participante em Benefício (CIPB).		
Art. 22. O pagamento da totalidade registrada na Conta Individual de Participante em Benefício (CIPB) implicará na extinção de todo e qualquer compromisso da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA para com o Participante e seus Beneficiários, em relação ao pagamento da Aposentadoria Normal.		
Art. 23. Em caso de falecimento do Assistido e na inexistência de Beneficiários, o saldo remanescente da Conta Individual de Participante em Benefício (CIPB) será destinado aos herdeiros legais do Assistido, mediante a apresentação de documento judicial competente ou escritura pública firmada em tabelionato de notas.		
<b>Seção II</b>		
<b>Do Pecúlio por Invalidez</b>	<b>Do Benefício por Invalidez</b>	Altera nome do benefício.
Art. 24. O Pecúlio por Invalidez será concedido sob forma de um pagamento único ao Participante que o requerer e comprovar o recebimento da aposentadoria por invalidez pela Previdência Social.	Art. 24. O <b>Benefício</b> por Invalidez será concedido ao Participante que o requerer e comprovar o recebimento da aposentadoria por invalidez pela Previdência Social.	Altera do nome do benefício e exclui “sob forma de um pagamento único”, devida a inclusão de diferentes opções de recebimento do benefício.
Parágrafo único. Para fins de concessão do Pecúlio por Invalidez, a aposentadoria por invalidez recebida pela Previdência Social, referida no caput deste artigo, deverá ter sido concedida após o ingresso do Participante no Plano.	Parágrafo único. Para fins de concessão do <b>Benefício</b> por Invalidez, a aposentadoria por invalidez recebida pela Previdência Social, referida no caput deste artigo, deverá ter sido concedida após o ingresso do Participante no Plano.	Alteração do nome do benefício
Art. 25. O valor do Pecúlio por Invalidez, consistirá no pagamento do saldo da Conta Individual do Participante (CIP), do saldo da Conta de Recursos Portados (CRP) e do saldo da Conta de Terceiros (CT), na data do requerimento, e será atualizado até o efetivo pagamento pela variação da cota.	Art. 25. <b>A Conta de Benefício por Invalidez (CBI) será constituída em Cotas, na data do requerimento, pelo valor correspondente ao</b> saldo da Conta Individual do Participante (CIP), do saldo da Conta de Recursos Portados (CRP) e do saldo da Conta de Terceiros (CT).	Altera devido a inclusão de conta específica para benefício por invalidez.
	<b>§ 1º Conforme definição formal do Participante na data do requerimento, o Benefício por Invalidez poderá ser</b>	Inclui diferentes opções de recebimento do benefício.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
	<b>realizado em pagamento único ou nas formas previstas nos incisos do Art. 20.</b>	
	<b>§ 2º A título de adiantamento do Benefício por Invalidez, será facultado ao Participante perceber até 25% (vinte e cinco por cento) do montante da Conta de Benefício por Invalidez (CBI), na forma de um pagamento único, caso opte pelo recebimento através de uma renda mensal continuada.</b>	Inclui possibilidade de adiantamento do Benefício por Invalidez.
	<b>§ 3º O valor resultante do benefício inicial não poderá ser inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.</b>	Altera para definir obrigatoriedade de valor do benefício mensal maior que a UR, somente para o benefício inicial.
Parágrafo único. O recebimento do Pecúlio por Invalidez implica na extinção de todo e qualquer compromisso da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA para com o Participante e seus Beneficiários, em relação ao pagamento do Pecúlio por Invalidez.	<b>§ 4º O pagamento da totalidade registrada na Conta de Benefício por Invalidez (CBI) implica na extinção de todo e qualquer compromisso da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA para com o Participante e seus Beneficiários, em relação ao pagamento do Benefício por Invalidez.</b>	Altera devido a inclusão de conta específica para benefício por invalidez.
<b>Seção III</b>		
<b>Do Benefício por Morte</b>		
Art. 26. O Benefício por Morte será concedido aos Beneficiários do Participante ou Assistido que vier a falecer, sob forma de um pagamento único ou renda mensal, conforme opção única dos Beneficiários.	Art. 26. O Benefício por Morte será concedido aos Beneficiários do Participante ou Assistido que vier a falecer.	Exclui “sob forma de um pagamento único ou renda mensal, conforme opção única dos Beneficiários.”, possibilitando opção individual de cada beneficiário quanto a forma de recebimento do benefício.
§ 1º O Benefício por Morte será concedido, em partes iguais, exclusivamente aos Beneficiários designados pelo Participante ou Assistido em vida.	§ 1º O Benefício por Morte será concedido, <b>conforme rateio definido pelo participante</b> , aos Beneficiários designados pelo Participante ou Assistido em vida para o recebimento exclusivo deste benefício.	Altera forma de rateio do Benefício por Morte de partes iguais para percentual de rateio definido pelo Participante.
§ 2º Quando um dos Beneficiários perder esta qualidade perante o Plano, o Benefício por Morte será redistribuído entre os Beneficiários remanescentes.		
	<b>§ 3º Caso um dos Beneficiários deseje renunciar do seu direito de recebimento do Benefício por Morte em favor dos demais Beneficiários, poderá fazê-lo mediante</b>	Inclui possibilidade do Beneficiário abrir mão do recebimento do Benefício por Morte.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
	<b>escritura pública firmada em tabelionato de notas.</b>	
Art. 27. No caso da opção pelo pagamento do Benefício por Morte sob a forma de renda mensal, o valor deste benefício consistirá numa renda mensal, definida na razão de 1/n (um n avos) do saldo da Conta de Benefício por Morte (CBM) da parte que cabe a cada Beneficiário, onde “n” é a quantidade total de pagamentos escolhida para o recebimento da renda mensal, observado o mínimo de 5 (cinco) anos, e considerando-se a realização de 13 (treze) pagamentos anuais.	<b>Art. 27. Conforme definição formal e individual de cada beneficiário na data do requerimento, o Benefício por Morte será realizado em pagamento único ou nas formas previstas nos incisos do Art. 20.</b>	Inclui diferentes opções de recebimento do benefício.
	<b>§ 1º A título de adiantamento do Benefício por Morte, será facultado aos Beneficiários perceber até 25% (vinte e cinco por cento) do montante da Conta de Benefício por Morte (CBM), na forma de um pagamento único, caso opte pelo recebimento através de uma renda mensal continuada.</b>	Inclui possibilidade de adiantamento do Benefício por Morte.
§ 1º Cada Beneficiário definirá, o prazo de recebimento do Benefício por Morte, sendo no mínimo de 5 (cinco) anos, desde que o valor resultante seja superior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.	<b>§ 2º O valor resultante do benefício inicial não poderá ser inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.</b>	Altera para definir obrigatoriedade de valor do benefício mensal maior que a UR, somente para o benefício inicial.
§ 2º Nos casos em que o valor do Benefício por Morte definido por um prazo de 5 (cinco) anos for inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR), o montante da Conta de Benefício por Morte (CBM) será pago em parcela única.	<b>(Dispositivo excluído).</b>	Exclui pois já consta no parágrafo único do artigo 17.
§ 3º A Conta de Benefício por Morte (CBM) será constituída em Cotas, na data do requerimento, pelo valor correspondente ao saldo da Conta Individual do Participante (CIP), ao saldo da Conta de Terceiros (CT) e ao saldo da Conta de Recursos Portados (CRP), no caso de falecimento de Participante ou, pelo valor do saldo remanescente da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), no caso de falecimento de Assistido.	<b>§ 3º A Conta de Benefício por Morte (CBM) será constituída em Cotas, na data do requerimento, pelo valor correspondente ao saldo da Conta Individual do Participante (CIP), ao saldo da Conta de Terceiros (CT) e ao saldo da Conta de Recursos Portados (CRP), no caso de falecimento de Participante ou, pelo valor do saldo remanescente da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB) ou da Conta de Benefício por Invalidez (CBI), conforme o caso, quando do falecimento de Assistido.</b>	Altera devido a inclusão de conta específica para benefício por invalidez.
Art. 28. No caso de falecimento de Participante cujos Beneficiários tenham optado pelo pagamento único, o valor		



## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
do Benefício por Morte consistirá no pagamento do saldo da Conta Individual do Participante (CIP), do saldo da Conta de Recursos Portados (CRP) e do saldo da Conta de Terceiros (CT), na data do requerimento, e será atualizado até o efetivo pagamento pela variação da Cota.		
Art. 29. No caso de falecimento de Assistido cujos Beneficiários tenham optado pelo pagamento único, o valor do Benefício por Morte consistirá no pagamento do saldo remanescente da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB), na data do requerimento, e será atualizado até o efetivo pagamento pela variação da Cota.	Art. 29. No caso de falecimento de Assistido cujos Beneficiários tenham optado pelo pagamento único, o valor do Benefício por Morte consistirá no pagamento do saldo remanescente da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB) ou <b>da Conta de Benefício por Invalidez (CBI)</b> , na data do requerimento, e será atualizado até o efetivo pagamento pela variação da Cota.	Altera devido a inclusão de conta específica para benefício por invalidez.
Art. 30. O pagamento da totalidade registrada na Conta de Benefício por Morte (CBM) implicará na extinção de todo e qualquer compromisso da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA para com os Beneficiários, em relação ao pagamento do Benefício por Morte		
Art. 31. No caso de inexistência de Beneficiários designados pelo Participante ou Assistido falecido, os saldos das contas porventura existentes serão destinados aos herdeiros legais do Participante ou Assistido, mediante a apresentação de documento judicial competente ou escritura pública firmada em tabelionato de notas.		
Seção IV		
Do Abono Anual		
Art. 32. Em dezembro de cada ano, os Assistidos ou Beneficiários receberão o Abono Anual, adicional a Aposentadoria Normal, Benefício de Invalidez, Benefício de Pensão ou ao Benefício por Morte daquele mês, integralizando 13 (treze) pagamentos anuais.	Art. 32. Em dezembro de cada ano, <b>caso tenha sido realizada a opção pelo Abono Anual</b> , os Assistidos ou Beneficiários receberão o Abono Anual, adicional <b>ao benefício de prestação continuada</b> daquele mês, integralizando 13 (treze) pagamentos anuais.	Altera o pagamento do abono anual para opcional.
	<b>§ 1º Na data da concessão do benefício o Assistido ou Beneficiário poderão optar formalmente pelo recebimento de Abono Anual no mês de dezembro, podendo rever sua opção até o mês de novembro.</b>	Altera o pagamento do abono anual para opcional.
Parágrafo único. O Abono Anual corresponderá ao valor da	<b>§ 2º O Abono Anual corresponderá ao valor do benefício</b>	Altera texto para contemplar todos os

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Aposentadoria Normal ou do Benefício por Morte devido naquele mês, ou o valor proporcional ao número de dias que percebeu o respectivo benefício no ano, considerando o ano com 360 (trezentos e sessenta) dias.	<b>de prestação continuada</b> devido naquele mês, ou o valor proporcional ao número de dias que percebeu o respectivo benefício no ano, considerando o ano com 360 (trezentos e sessenta) dias.	benefícios de prestação continuada.
Seção V		
Da Opção para Cobertura de Benefício de Pensão	<b>Do Benefício por Morte Segurado</b>	Altera nome do benefício.
Art. 33. O Participante poderá optar pela cobertura do Benefício de Pensão por Morte, a ser contratada pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, junto à Seguradora.	Art. 33. O Participante poderá optar pela <b>cobertura por Morte</b> , a ser contratada pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, junto à Seguradora.	Altera para melhorar da redação.
§ 1º O Participante que optar pela cobertura de risco deverá assinar a respectiva proposta de inscrição e apresentar a documentação exigida pela Seguradora.		
§ 2º As condições de contratação, valor das contribuições e carregamento e sua periodicidade, carência, vigência, exceções, renovação e eventual suspensão ou cancelamento da cobertura prevista neste artigo estarão disciplinadas no contrato firmado com a Seguradora e constarão em certificado fornecido ao Participante.		
Art. 34. O valor da cobertura de risco de morte do Participante será livremente escolhido pelo mesmo, observados os limites técnicos estabelecidos pela Seguradora, conforme estabelecido no contrato firmado entre a seguradora e a Entidade.		
Parágrafo único. Os valores da cobertura do Benefício de Pensão contratada serão atualizados, anualmente, de acordo com as regras estabelecidas no contrato celebrado entre a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e Seguradora.	Parágrafo único. Os valores da cobertura <b>por morte</b> contratada serão atualizados, anualmente, de acordo com as regras estabelecidas no contrato celebrado entre a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e Seguradora.	Altera para melhorar da redação.
Art. 35. A indenização repassada pela Seguradora a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA será creditada na Conta de Benefício de Pensão (CBP) para fins da composição do Benefício de Pensão.	Art. 35. A indenização repassada pela Seguradora a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA será creditada na <b>Conta de Seguro por Morte (CSM)</b> para fins da composição do Benefício de Pensão.	Altera devido alteração do nome da conta específica para recebimento do Seguro por Morte.
§ 1º A concessão do Benefício de Pensão fica condicionada ao efetivo repasse pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura contratada pelo	§ 1º A concessão do Benefício <b>por Morte Segurado</b> fica condicionada ao efetivo repasse pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da	Altera nome do Benefício.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Participante falecido.	cobertura contratada pelo Participante falecido.	
§ 2º O Benefício de Pensão será concedido no mês subsequente ao repasse, pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura contratada pelo Participante falecido.	§ 2º O Benefício <b>por Morte Segurado</b> será concedido no mês subsequente ao repasse, pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura contratada pelo Participante falecido.	Altera nome do Benefício.
Art. 36. O valor do Benefício de Pensão, consistirá numa renda mensal, definida na razão de 1/n (um n avos) do saldo da Conta de Benefício de Pensão (CBP) e será rateado em partes iguais entre os Beneficiários designados, onde “n” é a quantidade total de pagamentos escolhida para o recebimento da renda mensal, observado o mínimo de 5 (cinco) anos, e considerando-se a realização de 13 (treze) pagamentos anuais.	Art. 36. <b>Conforme definição formal e individual de cada beneficiário na data do requerimento, o Benefício por Morte Segurado será realizado em pagamento único ou nas formas previstas nos incisos do Art. 20.</b>	Inclui diferentes opções de recebimento do benefício.
Parágrafo único. Cada Beneficiário definirá, o prazo de recebimento do Benefício de Pensão, sendo no mínimo de 5 (cinco) anos, desde que o valor resultante seja superior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.	<b>§ 1º O Benefício por Morte Segurado será concedido, conforme rateio definido pelo participante, aos Beneficiários designados pelo Participante ou Assistido em vida para o recebimento exclusivo deste benefício.</b>	Altera forma de rateio do Benefício por Morte Segurado de partes iguais para percentual de rateio definido pelo Participante.
	<b>§ 2º A título de adiantamento do Benefício por Morte Segurado, será facultado aos Beneficiários perceber até 25% (vinte e cinco por cento) do montante da Conta de Seguro por Morte (CSM), na forma de um pagamento único, caso opte pelo recebimento através de uma renda mensal continuada.</b>	Inclui possibilidade de adiantamento do Benefício por Morte segurado.
	<b>§ 3º O valor resultante do benefício inicial não poderá ser inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.</b>	Altera para definir obrigatoriedade de valor do benefício mensal maior que a UR, somente para o benefício inicial.
Art. 37. No caso de inexistência de Beneficiários designados pelo Participante ou Assistido falecido, os saldos das contas porventura existentes serão destinados aos herdeiros legais do Participante ou Assistido, mediante a apresentação de documento judicial competente ou escritura pública firmada em tabelionato de notas.		
Art. 38. Fica facultada a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA a rescisão ou não renovação do Contrato de		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Seguro de Pessoas firmado com a Seguradora.		
§ 1º Caso venha ocorrer quaisquer das situações previstas no caput deste artigo, competirá a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA cientificar o participante que tiver optado pela cobertura do Benefício de Pensão, através dos meios de comunicação usualmente empregados.	§ 1º Caso venha ocorrer quaisquer das situações previstas no caput deste artigo, competirá a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA cientificar o participante que tiver optado pela cobertura do <b>Benefício por Morte Segurado</b> , através dos meios de comunicação usualmente empregados.	Altera nome do Benefício.
§ 2º A comunicação prevista no parágrafo anterior, deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias que antecederem o encerramento do contrato de seguro correspondente.		
§ 3º A opção para cobertura do Benefício de Pensão restará suspensa, na hipótese da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA não renovar ou não celebrar novo Contrato de Seguro de Pessoas.	§ 3º A opção para cobertura do <b>Benefício por Morte Segurado</b> restará suspensa, na hipótese da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA não renovar ou não celebrar novo Contrato de Seguro de Pessoas.	Altera nome do Benefício.
Seção VI		
Da Opção para Cobertura de Benefício de Invalidez Total e Permanente	<b>Do Benefício por Invalidez Segurado</b>	Altera nome do Benefício.
Art. 39. O Participante poderá optar pela cobertura do Benefício de Invalidez, a ser contratada pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, junto à Seguradora.	Art. 39. O Participante poderá optar pela cobertura <b>de Invalidez</b> , a ser contratada pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, junto à Seguradora.	Altera para melhorar da redação.
§ 1º O Participante que optar pela cobertura de risco deverá assinar a respectiva proposta de inscrição e apresentar a documentação exigida pela Seguradora.		
§ 2º As condições de contratação, valor das contribuições e carregamento e sua periodicidade, carência, vigência, exceções, renovação e eventual suspensão ou cancelamento da cobertura prevista neste artigo estarão disciplinadas no contrato firmado com a seguradora e constarão em certificado fornecido ao Participante.		
Art. 40. O valor da cobertura de risco de invalidez do Participante será livremente escolhido pelo mesmo, observados os limites técnicos estabelecidos pela Seguradora, conforme estabelecido no contrato firmado entre a Seguradora e a Entidade.		
§ 1º Os valores da cobertura do Benefício de Invalidez	§ 1º Os valores da cobertura do <b>Benefício por Invalidez</b>	Altera nome do Benefício.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
contratada serão atualizados, anualmente, de acordo com as regras estabelecidas no contrato celebrado entre a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e a Seguradora.	<b>Segurado</b> contratada serão atualizados, anualmente, de acordo com as regras estabelecidas no contrato celebrado entre a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA e a Seguradora.	
§ 2º Ocorrendo o falecimento do Participante antes do evento gerador de invalidez, o benefício ficará automaticamente cancelado, sem que seja devida qualquer devolução ou indenização de qualquer espécie ou natureza dos pagamentos anteriormente efetuados.		
Art. 41. A indenização repassada pela Seguradora a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA será creditada na Conta de Benefício de Invalidez (CBI) para fins da composição do Benefício de Invalidez.	Art. 41. A indenização repassada pela Seguradora a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA será creditada na <b>Conta de Seguro Invalidez (CSI)</b> para fins da composição do <b>Benefício por Invalidez Segurado</b> .	Altera nome da conta do benefício.
§ 1º A concessão do Benefício de Invalidez fica condicionada ao efetivo repasse pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura contratada pelo Participante.	§ 1º A concessão do <b>Benefício por Invalidez Segurado</b> fica condicionada ao efetivo repasse pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura contratada pelo Participante.	Altera nome do Benefício.
§ 2º O Benefício de Invalidez será concedido no mês subsequente ao repasse, pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura contratada pelo Participante.	§ 2º O <b>Benefício por Invalidez Segurado</b> será concedido no mês subsequente ao repasse, pela Seguradora à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, do valor da cobertura contratada pelo Participante.	Altera nome do Benefício.
§ 3º No caso de falecimento do Participante, o valor do saldo da Conta de Benefício de Invalidez (CBI) será pago, em parcela única aos Beneficiários designados pelo Participante.	§ 3º No caso de falecimento do Participante, o valor do saldo da <b>Conta de Seguro Invalidez (CSI)</b> será pago, <b>em parcela única ou nas formas previstas nos incisos do Art. 20</b> , aos Beneficiários designados pelo Participante.	Altera nome da conta do benefício e inclui diferentes opções de recebimento do benefício.
§ 4º No caso de inexistência de Beneficiários designados pelo Participante falecido, o saldo da conta porventura existente será destinado aos herdeiros legais do Assistido, mediante a apresentação de documento judicial competente ou Escritura Pública firmada em Tabelionato de Notas.		
Art. 42. O valor do Benefício de Invalidez, consistirá numa renda mensal, definida na razão de 1/n (um n avos) do saldo da Conta de Benefício de Invalidez (CBI), onde “n” é a quantidade total de pagamentos escolhida para o recebimento da renda mensal, observado o mínimo de 5 (cinco) anos, e	Art. 42. <b>Conforme definição formal do Participante na data do requerimento, o Benefício por Invalidez Segurado poderá ser realizado em pagamento único ou nas formas previstas nos incisos do Art. 20.</b>	Inclui diferentes opções de recebimento do benefício.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
considerando-se a realização de 13 (treze) pagamentos anuais.		
	<b>§ 1º A título de adiantamento do Benefício por Invalidez Segurado, será facultado ao Participante perceber até 25% (vinte e cinco por cento) do montante da Conta de Seguro por Invalidez (CSI), na forma de um pagamento único, caso opte pelo recebimento através de uma renda mensal continuada.</b>	Inclui possibilidade de adiantamento do Benefício por Morte segurado.
	<b>§ 2º O valor resultante do benefício inicial não poderá ser inferior a 1 (uma) Unidade Referencial (UR) vigente na data da concessão.</b>	Altera para definir obrigatoriedade de valor do benefício mensal maior que a UR, somente para o benefício inicial.
Art. 43. Fica facultada a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA a rescisão ou não renovação do Contrato de Seguro de Pessoas firmado com a Seguradora.		
§ 1º Caso venha ocorrer quaisquer das situações previstas no caput deste artigo, competirá a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA cientificar o participante que tiver optado pela cobertura do Benefício de Invalidez, através dos meios de comunicação usualmente empregados.	§ 1º Caso venha ocorrer quaisquer das situações previstas no caput deste artigo, competirá a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA cientificar o participante que tiver optado pela <b>cobertura de Invalidez</b> , através dos meios de comunicação usualmente empregados.	Altera para melhorar da redação.
§ 2º A comunicação prevista no parágrafo anterior, deverá ser realizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias que antecederem o encerramento do contrato de seguro correspondente.		
§ 3º A opção para cobertura do Benefício de Invalidez restará suspensa, na hipótese da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA não renovar ou não celebrar novo Contrato de Seguro de Pessoas.	§ 3º A opção para <b>cobertura de invalidez</b> restará suspensa, na hipótese da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA não renovar ou não celebrar novo Contrato de Seguro de Pessoas.	Altera para melhorar da redação.
<b>CAPÍTULO V</b>		
<b>DOS INSTITUTOS</b>		
Art. 44. A FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA emitirá Extrato de Opções ao Participante que romper o vínculo associativo com o Instituidor ou o requerer, para subsidiar a opção por um dos institutos previstos neste Capítulo.	Art. 44. A FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA emitirá Extrato de Opções ao Participante que romper o vínculo associativo com o Instituidor ou o requerer, para subsidiar a opção por um <b>ou mais de um dos institutos</b> previstos neste Capítulo, <b>de forma simultânea e combinada, conforme alternativas apresentadas no</b>	Inclui possibilidade de opção por mais de um instituto de forma simultânea e combinada, tendo em vista a publicação da Resolução CNPC nº 50, de 16/02/2022.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
	<b>Extrato de opções.</b>	
	<b>§ 1º Cabe ao participante definir o percentual do saldo que deverá ser destinado a cada instituto, até o limite total de 100% (cem por cento) do saldo.</b>	Inclui possibilidade de opção por mais de um instituto de forma simultânea e combinada, tendo em vista a publicação da Resolução CNPC nº 50, de 16/02/2022.
§ 1º O Extrato de Opções será emitido em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação da perda do vínculo associativo ou da data do requerimento protocolado pelo Participante junto à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, e conterà as informações determinadas na legislação pertinente.	§ 2º O Extrato de Opções será emitido em até 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da comunicação da perda do vínculo associativo ou da data do requerimento protocolado pelo Participante junto à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, e conterà as informações determinadas na legislação pertinente.	Altera a numeração do parágrafo.
§ 2º O Participante formalizará sua opção em até 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento do Extrato de Opções, através do Termo de Opção protocolado junto à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.	§ 3º O Participante <b>deverá formalizar</b> sua opção em até 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento do Extrato de Opções, <b>por meio</b> do Termo de Opção protocolado junto à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.	Altera a numeração do parágrafo e ajuste de texto.
§ 3º No caso de rompimento do vínculo associativo e não sendo formalizada a opção do Participante na forma e prazo estabelecido no § 2º deste artigo, e desde que o mesmo não seja elegível ao benefício de Aposentadoria Normal, será presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), nos termos da Seção III deste Capítulo.	§ 4º No caso de rompimento do vínculo associativo e não sendo formalizada a opção do Participante na forma e prazo estabelecido no § 3º deste artigo, e desde que o mesmo não seja elegível ao benefício de Aposentadoria Normal, será presumida a opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), nos termos da Seção III deste Capítulo.	Altera a numeração do parágrafo e remissão do texto.
§ 4º No caso de questionamento, pelo participante, das informações contidas no Extrato de Opções, a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA deverá prestar esclarecimento em até 15 (quinze) dias úteis, não sendo contado esse período para a formalização da opção do participante.	§ 5º No caso de questionamento, pelo participante, das informações contidas no Extrato de Opções, a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA deverá prestar esclarecimento em até 15 (quinze) dias úteis, não sendo contado esse período para a formalização da opção do participante.	Altera a numeração do parágrafo.
§ 5º Durante a fase de diferimento para os Institutos, o Participante compartilhará o custeio das despesas administrativas por meio de Taxa de Administração mencionada no § 4º do artigo 57 ou, por meio da Taxa de Carregamento, cujo percentual incidirá sobre o valor mínimo da Contribuição Programável estabelecida no artigo 60, sendo descontada mensalmente da Conta Individual do Participante (CIP).	§ 6º Durante a fase de diferimento para os Institutos, o Participante compartilhará o custeio das despesas administrativas por meio de Taxa de Administração mencionada no § 4º do artigo 57 ou, por meio da Taxa de Carregamento, cujo percentual incidirá sobre o valor mínimo da Contribuição Programável estabelecida no artigo 60, sendo descontada mensalmente da Conta Individual do Participante (CIP).	Altera a numeração do parágrafo.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
§ 6º O percentual da Taxa de Carregamento mencionado no parágrafo anterior será definido pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos por meio dos veículos usualmente utilizados pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.	§ 7º O percentual da Taxa de Carregamento mencionado no parágrafo anterior será definido pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos por meio dos veículos usualmente utilizados pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.	Altera a numeração do parágrafo.
Seção I		
Do Autopatrocínio		
Art. 45. É facultado ao Participante manter o valor de sua Contribuição Programável e, caso exista, a correspondente paga por Instituidores, empregadores ou terceiros, em caso de rompimento do vínculo associativo, assumindo a condição de Participante Autopatrocinado.		
§ 1º A opção pelo Autopatrocínio não impede posterior opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD), pela Portabilidade ou pelo Resgate.		
§ 2º É facultado ao Participante Autopatrocinado alterar o valor da Contribuição Programável conforme disposto no § 1º do artigo 60.		
§ 3º A totalidade das contribuições aportadas pelo Participante Autopatrocinado será alocada na Conta Individual do Participante (CIP).		
§ 4º Ao Participante Autopatrocinado será facultado o aporte de Contribuições Voluntárias.		
§ 5º A opção pelo Autopatrocínio assegura ao Participante Autopatrocinado a percepção de todos os benefícios previstos neste Regulamento, uma vez atendidas às condições de exigibilidade dos mesmos.		
Seção II		
Do Resgate		
Art. 46. Ressalvada a hipótese prevista no inciso I do artigo 12, o Participante que ainda não esteja em gozo de benefício e tiver cancelada sua inscrição no Plano, fará jus ao saldo da Conta Individual do Participante (CIP), ao saldo da Conta de		



## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Terceiros (CT) e ao saldo da Conta de Recursos Portados (CRP), a título de Resgate.		
§ 1º O pagamento do valor do Resgate dar-se-á após decorridos 36 (trinta e seis) meses de inscrição no Plano, no caso de Participante que venha a desligar-se do Plano antes desse prazo.		
§ 2º No caso de Participante que venha a se desligar do Plano após decorridos 36 (trinta e seis) meses de sua inscrição no Plano, o valor do Resgate será pago em até 30 (trinta) dias subsequentes a data do requerimento.	§ 2º No caso de Participante que venha a se desligar do Plano após decorridos 36 (trinta e seis) meses de sua inscrição no Plano, o valor do Resgate <b>em quota única</b> será pago em até 30 (trinta) dias subsequentes a data do requerimento, <b>atualizado conforme variação da cota.</b>	Altera para esclarecimento do prazo de pagamento do resgate em quota única e sua atualização.
	<b>§ 3º Por opção do Participante o pagamento do resgate poderá ser realizado em quota única com diferimento de até 90 (noventa) dias ou em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, sendo o valor do pagamento diferido ou das parcelas vincendas devidamente atualizadas conforme variação da cota.</b>	Inclui opção de pagamento do resgate diferido ou parcelado, tendo em vista a publicação da Resolução CNPC nº 50, de 16/02/2022.
§ 3º Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano, somente será admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do respectivo aporte.	§ 4º Em relação a cada uma das contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano, somente será admitido o resgate após o cumprimento de prazo de carência mínima de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do respectivo aporte.	Altera a numeração do parágrafo.
§ 4º O pagamento único ou o pagamento da última parcela do valor residual do Resgate extingue definitivamente todas as obrigações da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA em relação ao Participante e aos seus Beneficiários, salvo se o Participante tiver direito ao resgate de contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano.	§ 5º O pagamento único ou o pagamento da última parcela do valor residual do Resgate <b>integral</b> extingue definitivamente todas as obrigações da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA em relação ao Participante e aos seus Beneficiários, salvo se o Participante tiver direito ao resgate de contribuições efetuadas por pessoas jurídicas ao Plano.	Altera a numeração do parágrafo e adequa nomenclatura do tipo de resgate conforme disposto Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
	<b>§ 6º Será deduzido do valor do resgate integral os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao Plano, incluídos valores ainda não vencidos relativos a operações com participantes.</b>	Inclui esclarecimento das deduções dos débitos a serem considerados no valor a ser resgatado, em conformidade com disposto Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
§ 5º Será facultado ao Participante, a qualquer tempo, o resgate total ou parcial do seu saldo de conta dos valores	§ 7º Será facultado ao Participante, a qualquer tempo, o resgate <b>integral</b> ou parcial do seu saldo de conta dos valores	Altera numeração do parágrafo e adequa texto.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
oriundos de Portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidades abertas/seguradora ou entidades fechadas, a ser exercido durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, desde que decorridos 36 (trinta e seis) meses de sua inscrição no Plano.	oriundos de Portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidades fechadas, a ser exercido durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo, desde que decorridos 36 (trinta e seis) meses de sua inscrição no Plano.	
	<b>§ 8º A carência de 36 (trinta e seis) meses será dispensada no caso de resgate parcial dos recursos oriundos de portabilidade que tenham sido constituídos em Planos instituídos por instituidor.</b>	Adequa ao disposto na Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
§ 6º Será facultado ao Participante, a qualquer tempo, o resgate de valores que sejam oriundos de Contribuições Voluntárias vertidas ao Plano, a ser exercido durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do Plano, observado o prazo de carência de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de inscrição no Plano.	<b>§ 9º</b> Será facultado ao Participante, a qualquer tempo, o resgate <b>integral ou parcial do saldo de conta dos valores oriundos de Portabilidade de recursos que tenham sido constituídos em entidades abertas/seguradora, ou</b> que sejam <b>originários</b> de Contribuições Voluntárias vertidas ao Plano durante a fase contributiva e sem a obrigatoriedade de seu desligamento do Plano.	Altera numeração do parágrafo e adequa ao disposto na Resolução CNPC 50 de 16/02/2022, considerando a possibilidade de resgate integral dos recursos de portabilidade oriundos de entidades abertas/seguradora a qualquer tempo.
§ 7º Será facultado ao Participante resgatar até 20% (vinte por cento) dos valores oriundos das Contribuições Programáveis vertidas ao Plano pelo Participante a cada dois anos, sem a obrigatoriedade do seu desligamento do Plano, observado a carência de 36 (trinta e seis) meses de sua inscrição no Plano.	<b>§ 10.</b> Será facultado ao Participante resgatar até 20% (vinte por cento) dos valores oriundos das Contribuições Programáveis vertidas ao Plano pelo Participante, sem a obrigatoriedade do seu desligamento do Plano, observado a carência de 36 (trinta e seis) meses de sua inscrição no Plano <b>para o primeiro resgate e, no mínimo, de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data do último resgate.</b>	Altera numeração do parágrafo e adequa do texto referente às carências do resgate parcial conforme disposto na Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
§ 8º Nos casos de resgates efetuados sem a obrigatoriedade do seu desligamento do Plano, conforme previsto nos §§ 5º, 6º e 7º deste artigo, o valor do Resgate será pago em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do requerimento.	<b>§ 11</b> Nos casos de resgates efetuados sem a obrigatoriedade do seu desligamento do Plano, conforme previsto nos §§ <b>7º, 9º e 10</b> deste artigo, o valor do Resgate será pago em até 30 (trinta) dias contados a partir da data do requerimento.	Altera numeração de parágrafo e de remissão.
Art. 47. O Participante Autopatrocinado ou o Participante Vinculado que requerer ou tiver sua inscrição cancelada terá direito ao Resgate, observado o prazo de carência previsto no § 1º do artigo 46.		
<b>Seção III</b>		
<b>Do Benefício Proporcional Diferido (BPD)</b>		
Art. 48. O Participante que tiver rompido o vínculo		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
associativo com o Instituidor e não seja elegível ao benefício de Aposentadoria Normal poderá requerer o Benefício Proporcional Diferido (BPD), assumindo a condição de Participante Vinculado.		
Parágrafo único. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) não impede posterior opção pela Portabilidade ou pelo Resgate.	Parágrafo único. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) não impede posterior opção <b>pelos demais institutos</b> .	Inclui possibilidade do BPD optar pelo autopatrocínio, conforme disposto na Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
Art. 49. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) implicará, a partir da data do requerimento, na suspensão das Contribuições Programáveis e da Contribuição de Terceiros, se houver.		
§ 1º As contas vinculadas ao Participante permanecerá sendo rentabilizada pela variação da Cota do Plano, e será mantida na forma deste Regulamento.	§ 1º As contas vinculadas ao Participante <b>permanecerão</b> sendo <b>rentabilizadas</b> pela variação da Cota do Plano, e <b>serão mantidas</b> na forma deste Regulamento.	Altera para melhoria textual.
§ 2º O Participante Vinculado compartilhará o custeio das despesas administrativas por meio de Taxa de Administração mencionada no § 4º do artigo 57 ou, por meio da Taxa de Carregamento, cujo percentual incidirá sobre o valor mínimo da Contribuição Programável estabelecida no artigo 60, sendo descontada mensalmente da Conta Individual do Participante (CIP).		
§ 3º O percentual da Taxa de Carregamento mencionado no parágrafo anterior será definido pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, baseado em critérios uniformes e não discriminatórios e amplamente divulgado aos Participantes e Assistidos por meio dos veículos usualmente utilizados pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
	<b>§ 4º O Participante Vinculado que tenha optado pelas coberturas de risco, definidas na Seção V e Seção VI do Capítulo IV, poderá ter suas contribuições de risco, as quais são devidas exclusivamente pelo participante, descontadas mensalmente da Conta Individual do Participante (CIP), conforme sua opção.</b>	Inclui definição da forma de pagamento das contribuições de risco, conforme disposto na Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
§ 4º Ao Participante Vinculado será facultado o aporte de	§ 5º Ao Participante Vinculado será facultado o aporte de	Altera numeração de parágrafo.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Contribuições Voluntárias.	Contribuições Voluntárias.	
§ 5º O Participante Vinculado que retomar o vínculo associativo com o Instituidor poderá voltar a condição de Participante Ativo, mediante comunicação à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.	§ 6º O Participante Vinculado que retomar o vínculo associativo com o Instituidor poderá voltar a condição de Participante Ativo, mediante comunicação à FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.	Altera numeração de parágrafo.
Art. 50. A opção pelo Benefício Proporcional Diferido (BPD) assegura ao Participante Vinculado a percepção de todos os benefícios previstos neste Regulamento, uma vez atendidas às condições de exigibilidade dos mesmos.		
Parágrafo único. No caso falecimento de Participante Vinculado e não existindo Beneficiários designados pelo mesmo para recebimento do Benefício por Morte definido no artigo 26 deste Regulamento, o saldo da Conta Individual do Participante (CIP), o saldo da Conta de Recursos Portados (CRP) e o saldo da Conta de Terceiros (CT) serão destinados aos herdeiros legais do Participante Vinculado, mediante a apresentação de documento judicial competente ou escritura pública firmada em tabelionato de notas.		
Seção IV		
Da Portabilidade		
Subseção I		
Da Cessão de Direitos e Obrigações do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo		
Art. 51. O Participante que contar com 3 (três) anos de contribuições ao Plano, tiver cancelada sua inscrição e desde que não esteja em gozo de benefício pelo Plano, poderá requerer a Portabilidade de seus direitos acumulados para outro plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou seguradora devidamente autorizada.		
§ 1º Entende-se por direito acumulado para fins de Portabilidade o total das contribuições vertidas pelo Participante, ou em nome deste, atualizada pela variação do valor da Cota, devidamente deduzido das parcelas destinadas ao custeio administrativo.		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
§ 2º O valor a ser portado será apurado na data do requerimento da Portabilidade e será atualizado até a data da efetiva transferência de acordo com a variação da Cota.		
	<b>§ 3º Será deduzido do valor da portabilidade os valores referentes a eventuais débitos do participante junto ao Plano, incluídos valores ainda não vencidos relativos a operações com participantes.</b>	Inclui esclarecimento das deduções dos débitos a serem considerados no valor a ser portado, em conformidade com disposto Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
§ 3º A Portabilidade não será concedida a Assistidos pelo Plano.	<b>§ 4º A Portabilidade não será concedida a Assistidos pelo Plano.</b>	Altera numeração de parágrafo.
Art. 52. Manifestada pelo Participante a opção pela Portabilidade, através do protocolo do Termo de Opção, a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA elaborará o Termo de Portabilidade e o encaminhará ao Participante, nos prazos e condições estabelecidos na legislação vigente.		
Parágrafo único. A transferência dos recursos garantidores dos direitos acumulados do Participante do Plano é inalienável e de caráter irrevogável e irreatável, a partir da qual cessam todas as obrigações para com o Participante e seus Beneficiários.		
Art. 53. No caso de opção pela Portabilidade de Participante que tenha portado para o Plano, valores originários de outro plano de benefícios previdenciários, o valor transferido corresponderá ao definido no § 1º do artigo 51, acrescido do valor recepcionado devidamente atualizado pela variação da Cota.		
<b>Subseção II</b>		
<b>Da Recepção de Direitos e Obrigações no FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo</b>		
Art. 54. O Participante que ingressar no Plano, poderá portar valor de direitos acumulados oriundos de outro plano de benefícios previdenciários, através do protocolo na FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA do Termo de Portabilidade.		
§ 1º Os valores recepcionados em decorrência da		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Portabilidade serão mantidos individualmente na Conta de Recursos Portados (CRP) não compondo os direitos acumulados do Participante no Plano.		
§ 2º Os valores recepcionados serão convertidos em Cotas na data do depósito em conta corrente da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
§ 3º Para fins de apuração da Aposentadoria Normal, o saldo da Conta de Recursos Portados (CRP) será acrescido ao saldo da Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB).	§ 3º Para fins de apuração <b>dos Benefícios ofertados pelo Plano</b> , o saldo da Conta de Recursos Portados (CRP) será acrescido ao saldo <b>do Assistido em gozo de benefício</b> .	Altera texto para contemplar os saldos oriundos de portabilidade no valor de todos os tipos de benefícios.
§ 4º No caso de falecimento de Participante, que tenha portado valor de direitos acumulados de outros planos de benefícios previdenciários e que não possua Beneficiários designados, o valor recepcionado em função de Portabilidade será destinado aos herdeiros legais do Participante, mediante a apresentação de documento judicial competente ou escritura pública firmada em tabelionato de notas.		
§ 5º No caso de recursos oriundos de Portabilidade e constituídos em plano de benefícios de caráter previdenciário operado por entidade de previdência complementar ou seguradora devidamente autorizada, será facultado ao Participante optar por nova Portabilidade, caso não tenha optado por resgatar estes recursos.		
	<b>§ 6º Poderão ser recepcionados recursos oriundos de portabilidade mesmo durante a fase de concessão de benefícios.</b>	Inclui possibilidade de recepcionar recursos portados nas contas dos assistidos, em conformidade com disposto Resolução CNPC 50 de 16/02/2022.
<b>CAPÍTULO VI</b>		
<b>DO CUSTEIO DO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO</b>		
Art. 55. O custeio dos benefícios assegurados pelo Plano será atendido por Contribuições dos Participantes, de Terceiros, Aportes e pelo resultado líquido das aplicações desses recursos, além de outras fontes previstas no artigo 56 deste Regulamento.		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Art. 56. Este Plano será custeado pelas seguintes fontes de receita:		
I - Contribuições dos Participantes, conforme a seguir:		
a) Programável;		
b) Voluntária; e		
c) de Risco.		
II - Contribuições de Terceiros;		
III - Aportes de Assistidos;		
IV - Recursos financeiros objeto de portabilidade, recepcionados pelo Plano;		
V - Resultados dos investimentos dos bens e valores patrimoniais; e		
VI - Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.		
Art. 52. As despesas administrativas não poderão ultrapassar, em cada exercício, o limite fixado na legislação, nos termos autorizados pelo órgão competente e condições previstas neste Regulamento.		
§ 1º As despesas administrativas, relacionadas com a gestão do Plano, poderão ser custeadas por:		
I - contribuições dos Participantes e Assistidos;		
II - contribuições de Terceiros;		
III - resultado de investimentos;		
IV - receitas administrativas;		
V - fundo administrativo;		
VI - dotação inicial; e		
VII - doações.		
§ 2º As fontes de custeio das despesas administrativas do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo serão definidas, no mínimo, anualmente pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
§ 3º A Taxa de Carregamento incidirá sobre a Contribuição Programável e Voluntária de Participante, sobre a Contribuição de Terceiros e sobre o benefício mensal de prestação continuada percebida pelo Assistido, cujos		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
percentuais serão definidos anualmente pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador e fiscalizador.		
§ 4º O Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA definirá o percentual da Taxa de Administração incidente sobre o montante dos recursos garantidores do Plano.		
§ 5º Os percentuais da Taxa de Carregamento e da Taxa de Administração definidos anualmente pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA deverão ser amplamente divulgados aos Participantes e Assistidos, por meio dos veículos usualmente utilizados pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
§ 6º Os recursos destinados ao custeio das despesas administrativas não são passíveis de restituição, a qualquer título.		
Art. 58. O custeio do Plano será independente de outros planos de benefícios ou de serviços administrados pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
Art. 59. O recolhimento das contribuições dar-se-á até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês de competência.	Art. 59. O recolhimento das contribuições dar-se-á até o <b>dia definido pelo Participante quando do seu ingresso</b> .	Altera data de recolhimento das contribuições, conforme definição do participante.
§ 1º A não observância do prazo previsto neste artigo para o recolhimento das contribuições sujeitará o Participante a multa penal correspondente a 1% (um por cento) ao mês, aplicada sobre o valor mínimo da Contribuição Programável estabelecida no artigo 60 deste Regulamento.	§ 1º A não observância do prazo definido <b>pelo Participante</b> para o recolhimento das contribuições sujeitará o Participante a multa penal correspondente a 1% (um por cento) ao mês, aplicada sobre o valor mínimo da Contribuição Programável estabelecida no artigo 60 deste Regulamento.	Altera data de recolhimento das contribuições, conforme definição do participante.
§ 2º A multa penal mencionada no parágrafo anterior será destinada à cobertura das despesas administrativas do Plano.		
	<b>§ 3º O Participante poderá redefinir o prazo mencionado no caput deste artigo, passando o novo prazo a vigorar a partir do mês subsequente.</b>	Inclui possibilidade de alteração da data de recolhimento das contribuições, conforme opção do participante.
Art. 60. O Participante Ativo e o Participante		



## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Autopatrocinado deverão efetuar Contribuição Programável mensal ao Plano, cujo valor será livremente por ele escolhido, observado o mínimo de R\$ 50,00 (cinquenta reais).		
§ 1º O Participante poderá alterar o valor da Contribuição Programável a qualquer tempo, sendo que, em nenhuma hipótese, a alteração do valor poderá ter efeito retroativo.		
§ 2º Caso não seja identificado o pagamento da Contribuição Programável do Participante, será presumida a opção pela suspensão temporária da Contribuição Programável, pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar inclusive do mês de competência da contribuição não identificada.		
§ 3º A Contribuição Programável será convertida em Cotas na data do pagamento pelos Participantes e depositada na Conta Individual do Participante (CIP).		
§ 4º Será facultado ao Participante requerer a suspensão temporária da Contribuição Programável, pelo prazo máximo de 48 (quarenta e oito) meses, a contar do mês do requerimento, sem que esse fato caracterize inadimplência.		
§ 5º Durante a fase de suspensão prevista no parágrafo anterior deste artigo, o Participante compartilhará o custeio das despesas administrativas por meio de Taxa de Administração, observado o disposto no § 4º do artigo 57.		
§ 6º O Participante poderá apresentar um novo pedido de suspensão somente após o pagamento de, pelo menos, 1 (uma) Contribuição Programável.		
Art. 61. Além da Contribuição Programável prevista no artigo 60, faculta-se ao Participante, mediante comunicação, efetuar Contribuição Voluntária, a qualquer momento e de valor livremente escolhido por ele.		
Parágrafo único. A efetivação da Contribuição Voluntária fica condicionada ao pagamento de eventuais encargos porventura existentes.		
Art. 62. As contribuições de risco, exclusivas do Participante que tenha optado pelas coberturas de risco, definidas na Seção		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
V e Seção VI do Capítulo IV, tem caráter obrigatório e mensal e correspondem aos valores calculados atuarialmente, para cada Participante, em função dos valores contratados e as características biométricas do mesmo.		
§ 1º Os valores das contribuições de risco serão atualizados, anualmente, de acordo com as regras estabelecidas no contrato, podendo também sofrer acréscimo em função da nova idade atingida pelo Participante.		
§ 2º Ocorrendo inadimplência do Participante quanto ao repasse das contribuições de risco, serão automaticamente suspensas as coberturas referentes.		
§ 3º A contribuição de risco vertida ao FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo será repassada mensalmente a Seguradora contratada, após deduzidos o custeio administrativo do Plano.		
Art. 63. O Plano poderá receber Contribuição de Terceiro, realizada por empregadores em relação a seus empregados, Instituidores em relação a seus membros associados, ou terceiros, mediante celebração de Contrato de Aporte de Valores celebrado entre esses e a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
§ 1º A Contribuição de Terceiro será realizada em valor e período livremente estabelecidos no Contrato de Aporte de Valores.		
§ 2º Os valores vertidos ao Plano na forma de Contribuição de Terceiro serão depositados na Conta de Terceiros (CT).		
Art. 64. Será facultado ao Assistido em recebimento de Aposentadoria Normal, mediante comunicação, efetuar Aportes, a qualquer momento, de valor livremente escolhido por ele.		
§ 1º Os Aportes realizados pelos Assistidos serão transformados em Cotas do Plano, e serão creditados na Conta Individual do Participante em Benefício (CIPB).		
§ 2º O efeito do Aporte realizado até dezembro se dará a partir do mês de janeiro subsequente, sendo que, em nenhuma		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
hipótese, a alteração da Aposentadoria Normal poderá ter efeito retroativo.		
<b>CAPÍTULO VII</b>		
<b>DO FUNDO GARANTIDOR DE BENEFÍCIOS DO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO E DAS COTAS</b>		
Art. 65. As contribuições e os aportes destinados ao custeio do FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo serão transformados em Cotas, que comporão o FUNDO, da seguinte forma:		
§ 1º Na data da efetivação do primeiro aporte de contribuições, para se obter a quantidade de Cotas de cada conta, o montante aportado será transformado em Cotas, sendo que cada R\$ 1,00 (um Real) corresponderá à uma Cota, cujo valor inicial será 1,000000 (um).		
§ 2º A partir da data da efetivação do primeiro aporte de contribuições, o valor da Cota será determinado verificando-se a variação patrimonial ocorrida entre o primeiro e o último dia do mês para apuração, com vigência no primeiro dia útil do mês subsequente.		
§ 3º A partir da data da efetivação do primeiro aporte de contribuições, o valor da Cota será atualizado mensalmente, com base na data de avaliação da Cota, de acordo com a metodologia definida no parágrafo anterior.		
§ 4º Para se obter o valor em reais do saldo de qualquer conta expressa em Cotas, deverá ser multiplicada a quantidade de Cotas existentes na conta pelo valor da Cota vigente naquela data.		
Art. 66. As despesas financeiras, diretas e indiretas, decorrentes da administração do FUNDO e de seus investimentos, serão deduzidas do retorno dos investimentos, observada a legislação aplicável ao FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo.		
<b>CAPÍTULO VIII</b>		
<b>DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS APLICÁVEIS AOS</b>		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
<b>PARTICIPANTES E ASSISTIDOS ORIUNDOS DO PLANO DE BENEFÍCIOS SINPRORS PREVIDÊNCIA</b>		
Art. 67. O disposto neste Capítulo é aplicável exclusivamente aos Participantes e Assistidos que se encontravam inscritos no Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA até o dia imediatamente anterior à Data Efetiva de Incorporação do Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA, ficando assegurados os seus respectivos direitos acumulados ou adquiridos, conforme o caso.		
Parágrafo único. As disposições deste Capítulo são complementares às disposições constantes dos demais capítulos deste Regulamento e, quando conflitantes, prevalecerão sobre aquelas quando tratarem do mesmo assunto.		
Art. 68. Para fins de contagem das Contribuições Programáveis consecutivas não pagas, conforme disposto no inciso IV do artigo 12, devem ser consideradas aquelas consecutivamente não pagas no Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA, caso existam, nos meses imediatamente anteriores à Data Efetiva da Incorporação do Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA.		
Art. 69. Para fins de apuração do tempo de vinculação disposto no caput do artigo 18, deve ser considerada a última data de ingresso destes Participantes no Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA.	Art. 69. Para fins de apuração do tempo de vinculação disposto no caput do <b>artigo 19</b> , deve ser considerada a última data de ingresso destes Participantes no Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA.	Altera remissão.
Art. 70. Para fins da apuração dos prazos de inscrição previstos nos parágrafos do artigo 46, deve ser considerada a última data de ingresso destes Participantes no Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA.		
Art. 71. Para fins da apuração do prazo de contribuições previsto no caput do artigo 51, devem ser consideradas aquelas realizadas no Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA.		
Art. 72. Os saldos das contas individuais dos Participantes, existentes no dia imediatamente anterior à Data Efetiva de	Art. 72. Os saldos das contas individuais dos Participantes, existentes no dia imediatamente anterior à Data Efetiva de	Adequa tempo verbal de situação já ocorrida.

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
Incorporação do Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA, serão transferidos para as contas individuais destes Participantes no FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo.	Incorporação do Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA, <b>foram</b> transferidos para as contas individuais destes Participantes no FAMÍLIA PREVIDÊNCIA Associativo.	
Art. 73. Para os Assistidos que estavam recebendo Aposentadoria Normal, Benefício de Invalidez ou Benefício de Pensão, até o dia imediatamente anterior à Data Efetiva de Incorporação do Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA, os saldos das respectivas contas individuais dos benefícios, bem como os prazos de recebimento, serão preservados.	Art. 73. Para os Assistidos que estavam recebendo Aposentadoria Normal, Benefício de Invalidez ou Benefício de Pensão, até o dia imediatamente anterior à Data Efetiva de Incorporação do Plano de Benefícios SINPRORS PREVIDÊNCIA, os saldos das respectivas contas individuais dos benefícios, bem como os prazos de recebimento, <b>foram</b> preservados.	Adequa tempo verbal de situação já ocorrida.
<b>CAPÍTULO IX</b>		
<b>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b>		
Art. 74. Os Participantes, os Assistidos e os Beneficiários, ou seus representantes legais, fornecerão os dados e documentos exigidos periodicamente pela FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA, necessários à manutenção dos benefícios previstos no Plano.		
Parágrafo único. A falta de cumprimento da exigência constante no caput deste artigo poderá resultar na suspensão do benefício, pelo período em que a exigência não for satisfeita, exceto se a impossibilidade de obtenção dos documentos não se der por ação ou omissão.		
Art. 75. As despesas administrativas cobertas pelas fontes de custeio definidas no artigo 57, correspondem ao custo de manutenção do Plano e emissão de informativos e documentos por meio eletrônico, exceto aqueles cuja obrigatoriedade de emissão por meio físico seja estabelecida em norma ou legislação.		
Parágrafo único. O participante poderá requerer outra forma de prestação dos serviços mencionados no caput, desde que assuma a cobertura dos custos decorrentes.		
Art. 76. Quando o Participante, o Assistido ou o Beneficiário não forem considerados inteiramente responsáveis pelos seus atos na vida civil, em virtude de incapacidade legal ou		

## FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ASSOCIATIVO - CNPB 2010.0042-56

Texto Vigente (Aprovado pela Portaria nº 174 - DOU 25/03/2021)	Alterações Propostas	Justificativas
judicialmente declarada, a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA pagará o respectivo benefício ao seu representante legal, o que desobrigará totalmente a FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA quanto a sua obrigação em relação ao benefício contratado.		
Art. 77. A FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA disponibilizará, no mínimo trimestralmente, a cada Participante, Assistido ou Beneficiário, um extrato das contas a eles vinculadas, discriminando os valores creditados ou debitados naquelas contas no período referenciado.		
Art. 78. No caso de extinção do Plano, proceder-se-á na forma que dispuser a legislação vigente.		
Art. 79. O patrimônio do Plano é autônomo, livre e desvinculado de qualquer outro órgão, FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA ou plano, tendo sua contabilização identificada e segregada, para fins de verificação da cobertura das suas obrigações.		
Art. 80. Os casos omissos deste Regulamento serão deliberados pelo Conselho Deliberativo da FUNDAÇÃO FAMÍLIA PREVIDÊNCIA.		
Art. 81. Até a data da publicação no Diário Oficial da União da portaria que aprove este Regulamento, vige aquele aprovado pela Portaria nº 729, publicada no Diário Oficial da União em 20/08/2019.	Art. 81. Até a data da publicação no Diário Oficial da União da portaria que aprove este Regulamento, vige aquele aprovado pela <b>Portaria nº 174</b> , publicada no Diário Oficial da União em <b>25/03/2021</b> .	